



<b>Evento</b>	Salão UFRGS 2013: SIC - XXV SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
<b>Ano</b>	2013
<b>Local</b>	Porto Alegre - RS
<b>Título</b>	Crise financeira internacional: origens, desdobramentos e reflexões acerca da reestruturação do sistema monetário internacional
<b>Autor</b>	GLAUCIA DE SIQUEIRA NORONHA
<b>Orientador</b>	FERNANDO FERRARI FILHO

A presente crise financeira internacional, que, diga-se de passagem, acabou afetando dramaticamente a atividade econômica tanto dos países desenvolvidos, em maior escala, quanto dos países emergentes, tem suscitado pelo menos duas reflexões: por um lado, os resultados da globalização financeira têm sido questionados; por outro, especulações acerca do papel do Estado no contexto pós-crise e da reestruturação do sistema monetário internacional (SMI) têm norteado as atenções tanto de organismos multilaterais, tais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), quanto dos países do G-20.

No que diz respeito à primeira reflexão, a crise financeira internacional coloca em xeque os supostos benefícios concretos da globalização financeira, uma vez que a liberalização dos mercados financeiros e a existência de novos instrumentos financeiros (como derivativos), em um contexto de livre mobilidade de capitais, ampliam a possibilidade de realização de atividades especulativas e, portanto, da valorização da riqueza financeira.

Quanto à segunda, a lição da crise atual é que não somente a ação estatal é fundamental para prevenir ou remediar a crise, como é importante, sobretudo em momentos críticos, uma maior coordenação global entre as diferentes políticas nacionais, em particular dos grandes países desenvolvidos, e a reestruturação do SMI.

Diante do exposto, o objetivo do presente trabalho consiste, inicialmente, em apresentar as origens e as interpretações teóricas da referida crise. Em seguida, mostram-se as repercussões econômicas dela. Por fim, as atenções são voltadas para o questionamento dos benefícios da globalização financeira e para a apresentação de uma Agenda Econômica Keynesiana tanto para possibilitar que o Estado crie um “ambiente institucional” favorável à retomada da estabilidade macroeconômica, quanto para sinalizar a reestruturação do SMI.

O trabalho utilizou como referência relatórios de organizações financeiras internacionais (principalmente OMC e FMI), bem como bibliografia especializada no assunto. O principal referencial teórico utilizado na análise da crise e de suas consequências, como dito, foi a Teoria Keynesiana e pós-Keynesiana tendo como base as obras de Keynes (*The General Theory of Employment, Interest and Money*, 1964), e de Minsky (*Stabilizing an Unstable Economy*, 1986).